



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

Unidade: DIREITO		Departamento: DIREITO PRIVADO	
COMPONENTE CURRICULAR			
CÓDIGO	NOME		
DIRB96	ARBITRAGEM EMPRESARIAL E JUSTIÇA		

CARGA HORÁRIA				MÓDULO			CURSO(S)	ANO VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	Mestrado/Doutorado	2016.2
68			68					

EMENTA
A arbitragem como meio jurisdicional adequado para a resolução de conflitos. Análise da relação entre a arbitragem e o acesso à justiça. Lei n. 9.607/96 e as reformas promovidas pela Lei n. 13.129/2015. O procedimento de escolha dos árbitros. Limites da interferência do Poder Judiciário sobre o procedimento arbitral. Funcionamento de institutos tradicionais do processo civil brasileiro no contexto da arbitragem. Arbitragem no contexto internacional: UNCITRAL Model Law, IBA Rules e o regramento procedimental das principais instituições arbitrais do mundo.

OBJETIVOS
OBJETIVO GERAL: Estudar e debater o funcionamento da arbitragem empresarial no contexto nacional e internacional, rediscutindo seus institutos mais basilares e construindo posições tecnicamente sólidas acerca de suas principais controvérsias.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - investigar os fundamentos principiológicos e jurídicos da arbitragem empresarial; - avaliar o funcionamento dos principais institutos arbitrais em seus aspectos éticos, econômicos e jurídicos; - discutir as disposições da Lei n. 9.607/96, bem como as alterações promovidas pela Lei n. 13.129/2015, analisando a praxe arbitral no cenário brasileiro;

- examinar, em estudo comparativo, as regras consubstanciadas nos principais diplomas normativos relacionados à arbitragem empresarial internacional;
- difundir a pesquisa em torno da arbitragem no contexto acadêmico baiano.

CONTEÚDOS

Arbitragem empresarial. Teoria do Processo. Acesso à Justiça. Meios extrajudiciais para a resolução de conflitos. Jurisdição. Arbitragem internacional.

METODOLOGIA / AVALIAÇÃO

Organização de seminários, participação do discente e produção de artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁLVAREZ, Gladys Stella. La mediación y el acceso a justicia. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2003.
2. BARRAL, Welber. Arbitragem e seus mitos. Florianópolis: OAB Editora, 2000.
3. BORGES, Antônio de M. OLIVEIRA, Luciana G. e. O controle das práticas de arbitragem tributária internacional. In: XV Congresso do CONPEDI/UEA - Manaus, 2006. Anais - CONPEDI, pgs. 4813-4835.
4. BRAGUETTA, Adriana. A importância da Sede da Arbitragem – visão a partir do Brasil. Vol.I, in Coleção de Direito Internacional L.O. Baptista, Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
5. CÂMARA, Alexandre de Freitas. Arbitragem – Lei 9.307/96. 5ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Lumen Juris Editora. Rio de Janeiro, 2009.
6. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Brian. Acesso à justiça. Porto Alegre: SAFE, 1988. MORAIS, José Luis Bolzan de. Mediação e arbitragem. Alternativas à Jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
7. CAMELO, António Sampaio. A disponibilidade do direito como critério de arbitrabilidade do litígio. Revista da Ordem dos Advogados, 2006, Ano 66, > Ano 66 - Vol. III - Dez. 2006, p.3-4.
8. FICHTNER, José Antonio e MONTEIRO, André Luís. Aspectos processuais da ação de homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil. Temas de Arbitragem. Primeira Série. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
9. GIARDINA, Andrea. The International Recognition and enforcement of arbitral awards nullified in the country of origin. Artigo extraído da Rivista de diritto internazionale private e processuale, n.2, Ano XXXVII, abril a junho de 2001.
10. LEITE, Eduardo de Oliveira. Grandes Temas da Atualidade – Mediação, Arbitragem e Conciliação. Vol.7. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
11. PINHEIRO, Luís de Lima. Arbitragem Transnacional – a determinação do Estatuto da Arbitragem. Almedina: Coimbra. PINHEIRO, Luís de Lima. Direito Comercial Internacional – Contratos comerciais internacionais, Convenção de Viena sobre a venda internacional de mercadorias, Arbitragem Transnacional. Almedina: Coimbra, 2005.
12. SANTOS, Ricardo S. S. dos. Arbitragem e acesso à justiça. Revista Sequência. Florianópolis, SC. V. 27, n. 53, dez 2006, p.253-268.

Programa de componente curricular proposto na reunião
do PPGD, em ____/____/____

Programa de componente curricular aprovado na
reunião do Colegiado do PPGD, em ____/____/____

Chefe do Departamento

(assinatura e carimbo)

Coordenador do Colegiado

(assinatura e carimbo)